

## PARECER JURÍDICO

**Assunto:** Esclarecimento sobre a base de cálculo do ISSQN aplicável aos serviços de engenharia – possibilidade de dedução dos materiais empregados.

O Departamento de Engenharia solicita manifestação jurídica acerca da dedução dos valores correspondentes aos materiais empregados nos serviços de engenharia e construção civil da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, considerando que o Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 004/2024) não dispõe expressamente sobre o tema, e que atualmente a cobrança tem sido feita sobre 100% do valor contratado.

O art. 7º, §2º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 116/2003 dispõe que “não se incluem na base de cálculo do ISS o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista anexa”. Entretanto, a aplicação dessa dedução não é automática, pois depende de previsão e regulamentação pela legislação municipal, bem como de comprovação efetiva dos valores e materiais utilizados.

No caso do Município de Iporeã/PR, a Lei Complementar nº 004/2024 (Código Tributário Municipal) não prevê a dedução dos materiais ou insumos empregados nos serviços de engenharia e construção civil, razão pela qual não há base normativa local que autorize tal abatimento. Assim, a cobrança do ISS tem sido corretamente realizada sobre o valor integral dos serviços prestados.

A jurisprudência recente dos Tribunais Superiores confirma que a dedução dos materiais não constitui direito automático do contribuinte, devendo observar interpretação restritiva e comprovação rigorosa. O Superior Tribunal de Justiça, no AgInt no AREsp nº 2486358/SP, julgado em 25/04/2024, decidiu que “não é possível a dedução da base de cálculo do ISS dos materiais produzidos no local da prestação de serviços ou adquiridos de terceiros”, seguindo o entendimento do Supremo Tribunal Federal no RE 603.497/MG (Tema 247), que limita a dedução às hipóteses em que as mercadorias são produzidas fora do local da prestação e comercializadas por contribuinte do ICMS.

Dessa forma, a orientação jurisprudencial predominante é restritiva, admitindo a incidência do ISS sobre o valor total dos contratos de obras e serviços de engenharia quando os materiais são empregados diretamente na execução do serviço.

Diante disso, considerando que a legislação municipal não prevê a dedução dos materiais e que os Tribunais Superiores vêm consolidando entendimento pela tributação integral em tais casos, esta Procuradoria Jurídica entende que a base de cálculo do ISSQN sobre os serviços de engenharia e construção civil deve ser o valor total, 100%, do serviço prestado, sem nenhum desconto referente aos materiais ou insumos utilizados na obra.

Em resumo, o parecer explica de forma simples que o ISS deve ser cobrado sobre todo o valor do serviço de engenharia ou obra, ou seja, 100%, sem tirar nada pelos materiais usados. O imposto é calculado sobre o preço completo do serviço realizado.



*Gestão 2025-2028*

**MUNICÍPIO DE IPORÃ**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA JURÍDICA**

Iporã/PR, 09 de OUTUBRO de 2025.

**RODRIGO RAHUAN GOULART**  
**PROCURADOR JURÍDICO**